



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

1. Apresentação do Poder Judiciário e das Demonstrações Contábeis

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), órgão do Poder Judiciário Estadual, nos termos do art. 92 da Constituição Federal Cidadã de 1988, tem como missão fazer justiça de forma célere, acessível e efetiva, no âmbito estadual, contribuindo para a pacificação social. Sua competência está estabelecida no artigo 61 da Constituição Estadual do Estado de Pernambuco, assim como no artigo 26 do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (COJE).

Nesse trilhar, recebeu do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em 2016 e 2017, o Selo Justiça em Números Categoria Ouro. O Selo é conferido aos tribunais desde 2013, com o objetivo de fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário, sobretudo referentes ao Relatório Justiça em Números.

O referido relatório aponta melhoria em quase todos os índices de produtividade, com impacto direto nos serviços prestados à população. Em um ano, o TJPE alcançou a vice-liderança entre os dez tribunais de médio porte no Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que era de 106,6% e passou para 125%, conforme informações constantes no endereço <https://www.tjpe.jus.br/documents/1843605/1850722/Relatorio+de+Gest%C3%A3o+Bi%C3%AAnio+TJPE+2016+-+2017.pdf/0a3afb1e-692c-fe2a-71fe-7cc2c4dc44d8>

A implementação das ações necessárias ao bom funcionamento da máquina judiciária para atendimento das demandas da sociedade é viabilizada por meio do orçamento público que, em 2017, foi aprovado pela Lei Estadual nº 15.979/2016 e posteriores alterações.

Os recursos orçamentários e financeiros do Poder, com devidos reflexos patrimoniais, são operacionalizados por meio de duas unidades gestoras, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ).

Nesse contexto, em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Para tanto, observa-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fruto do processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Compromissado com esse processo, o Poder vem implementando várias ações no acompanhamento do cumprimento dos prazos de implantação estabelecidos na Portaria nº 548 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, de 24 de setembro de 2015, monitorados pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, por meio de Anexo à prestação de contas anual do Poder.

Dentre as ações, conta com a continuidade da implantação do sistema PE-Integrado, especialmente, devido a integração com o Sistema Corporativo eFisco, ferramenta de gestão e contabilização da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, utilizada por todos os Órgãos e Entidades dos Poderes, consoante prescrito no Decreto nº 31.276/08 e no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2001– Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PE-Integrado, de propriedade do Governo do Estado de Pernambuco, surgiu ante a necessidade de a administração pública estadual implementar métodos e ferramentas de TIC que forneçam eficiência, eficácia e economicidade para as áreas de compras, contratos, licitações, patrimônio e almoxarifado.

A implantação, por módulo, foi iniciada no final do 2º semestre de 2017. O primeiro implantado foi o de Solicitação de Compras, Licitações e Ata de Registro de Preços. Os demais têm a seguinte previsão:

- ✓ 2º semestre de 2018 - Módulo de Patrimônio – Bens Imóveis
- ✓ 1º semestre de 2019 - Módulo de Contratos e Almoxarifado
- ✓ 2º semestre de 2019 - Módulo de Patrimônio – Bens Móveis

A ferramenta contribuirá significativamente no aspecto da tempestividade do registro das informações que afetam o resultado patrimonial da entidade e conseqüentemente a qualidade das informações contábeis geradas.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.).



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

A contabilidade aplicada ao setor público vem em processo de convergência às normas internacionais. Esse processo ainda não foi concluído, existindo normas internacionais (IPSAS) que ainda serão adotadas como normas brasileiras, servindo, nesse caso, como referencial teórico para os temas ainda não regulamentados.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis devem estar em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade.

Foram elaboradas por unidade gestora do Poder, UGE 070001 - Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e UGE 070002 - Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ), a partir das informações registradas no Sistema Corporativo e-Fisco, do Poder Executivo estadual.

As demonstrações contemplam as notas explicativas, que contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas referidas peças contábeis.

2.1. Sumário das Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

2.1.2 Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os direitos inscritos a título de dívida ativa são atualizados mensalmente e este acréscimo é levado para conta de resultado. As obrigações relativas a cauções em pecúnia são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

O MCASP (7º edição) não define metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas, que está sendo registrada pelo Poder desde 2015, com base em orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2016	2015	2014
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

2.1.3 Estoques

Compreende o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

2.1.4 Imobilizado

O ativo imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da instituição. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares, e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

Sistematicamente, os bens adquiridos com recursos do FERM são transferidos para a unidade gestora TJPE, nos termos do § 1º, art. 6º da Instrução de Serviço nº 7/2013, alterada pelo art. 1º da Instrução de Serviço nº 2/2016, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado.

No contexto de implantação das NBCASP, alguns procedimentos iniciais estão sendo realizados, seguindo cronograma informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE/PE, por do meio de anexo à prestação de contas anual do Poder, bem como orientações específicas contidas no MCASP, dentre as quais, destaca-se que a entidade “deve reconhecer os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis (...)”. Tal fato impacta na evidenciação do balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais do exercício, conforme detalhado abaixo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Bens Móveis

Os bens estão reconhecidos ainda a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Infraestrutura. Os procedimentos de avaliação estão em processo de discussão na instituição, por envolver uma série de questões relacionadas a análise dos dados armazenados no sistema de gestão patrimonial e outras relacionadas. Só após o ajuste inicial dos bens é que serão registrados os procedimentos de mensuração após o reconhecimento, a exemplo da depreciação e do ajuste a valor recuperável.

Bens Imóveis

Continuam sendo avaliados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), com previsão de conclusão em meados de 2018, de acordo com o cronograma elaborado pela unidade.

As avaliações são elaboradas com base no Método Evolutivo, previsto na Norma Brasileira de engenharia que disciplina a matéria, NBR nº 14.653-1, o qual consiste na identificação do bem pelo somatório das parcelas dos componentes do imóvel. O referido método utiliza ainda as seguintes fontes de informações: vistorias realizadas no imóvel, pesquisas de mercado, publicações especializadas em engenharia de avaliação, além de material fotográfico

Essas avaliações, vêm refletindo em diversos registros contábeis de ajuste e reconhecimento de bens imóveis, com impacto na conta de ajuste de exercícios anteriores por estarem contempladas no contexto de adoção inicial das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A política definida é de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela DEA. Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada referente aos bens já avaliados, com base na vida útil informada no parecer técnico avaliatório.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pela DEA, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também incorporados ao patrimônio deste.

2.1.5 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No caso deste Poder, corresponde especificamente a softwares e são amortizados quando possuem vida útil definida.

2.1.6 Depreciação e amortização

A depreciação representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Desde 2016, iniciou-se o reconhecimento deste fenômeno apenas para os bens imóveis já avaliados pela DEA, além de um imóvel cedido pelo TCE, nos termos definidos no cronograma de adoção inicial junto ao referido tribunal. O cálculo vem sendo realizado em planilha Excel, em virtude das limitações do atual sistema de gestão patrimonial, com base na vida útil definida, adotando-se o método de quotas constantes. Para os bens móveis, o procedimento ainda não foi implementado, em função de questões diversas, a exemplo da necessidade de análise do grande acervo de bens do Poder, assim como pelas limitações do sistema utilizado. Essa análise é necessária para definição dos critérios de depreciação e importação da base de dados, quando da implantação do módulo de patrimônio do PE-Integrado, para bens móveis.

A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. No TJPE, o registro de amortização foi iniciado em 2012, controlado por meio de planilha em Excel, pelas mesmas limitações anteriormente citadas. A Secretaria de Tecnologia e Comunicação – SETIC é a responsável pela definição e revisão anual do tempo de vida útil dos softwares considerados como de vida útil definida, bem como pela revisão daqueles classificados como indefinida. A vida útil é o critério utilizado como base para a amortização, calculada pelo método de quotas constantes e sem valor residual.

2.1.7. Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal, classificadas em conformidade com a Parte I e Anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela STN, que trata dos aspectos orçamentários.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

2.2. Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

O processo de contabilização para constituição do passivo de férias dos servidores e magistrados do Poder foi iniciado em 2014.

O período para fins de reconhecimento era contado, para os servidores e magistrados com mais de um ano de efetivo exercício, a partir de janeiro de cada ano, pela previsão legal de gozo de férias a partir desse mês, sem a necessidade de aguardar o mês de ingresso, como ocorre na CLT. Dessa forma, os valores apropriados com base nessa premissa eram reconhecidos parte como passivo de férias a pagar no curto prazo e outra parte como provisões. Além disso, as variações patrimoniais do período evidenciavam detalhadamente os fatos ocorridos, como a apropriação mensal, ajustes por alterações no salário, entre outros.

Entretanto, diante dos problemas operacionais na consistência da rotina, refletida nos relatórios gerados pelo sistema da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) ao longo desse processo, considerado o custo-benefício para rever e manter a sistemática, bem como a prática do cálculo das férias adotada pela maioria dos entes, foi definida uma mudança na estimativa contábil. Dessa forma, as informações geradas passaram a considerar o montante a pagar a contar da data de efetivo ingresso, sem detalhar os fatos ocorridos no período, possibilitando o ajuste do saldo a pagar. Mensalmente, o saldo atual do respectivo passivo é ajustado pela diferença em relação ao saldo anterior, lançando esse valor como variação patrimonial do período.

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Quadro do Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

3.1. Quadro do Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, abaixo detalhado:

Descrição	2017	2016
Conta Única	55.907,45	4.633,37
Contas Movimento	31.059,55	207.186,49
CDB/RDB	1.675.174,95	38.219.573,92
Fundos de Aplicação Financeira	43.792.358,22	1.200.378,88
Total	45.554.500,17	39.631.772,66

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, deduzidos do ajuste para perdas, relacionados a adiantamentos concedidos a servidores relativos ao abono constitucional de férias, recebidos em dezembro para gozo em janeiro/18; créditos de apropriação indébita e encontro de contas de servidores e ex-servidores; créditos gerados por multas aplicadas a fornecedores. Em 2017, o percentual de ajuste para perdas de créditos a curto prazo foi de 95,19%, calculado pela metodologia explicitada no item 2.1.2.

Esses créditos constam evidenciados no quadro a seguir.

Descrição	2017	2016
Abono Constitucional de Férias	7.667.049,84	7.066.116,27
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	2.257.365,85	2.274.845,08
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.763.550,76	3.774.308,26
Outros Créditos a Receber	-	88.714,27
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	(2.148.786,55)	(2.045.768,18)
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	(3.582.523,97)	(3.394.235,42)
Total	7.956.655,93	7.763.980,28

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Nota 3 – Estoques – Compostos por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Infraestrutura e o outro de materiais médico e odontológico gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

Descrição	2017	2016
Almoxarifado - Material de Consumo	7.131.765,28	7.080.952,54
Almoxarifado - Saúde	336.000,29	364.391,15
Total	7.467.765,57	7.445.343,69

Nota 4 – Créditos a Longo Prazo – O montante de R\$ 33.002,90 refere-se à expectativa de recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa não Tributária, realizáveis no longo prazo, relativos a multa contratual e valores recebidos indevidamente por ex-servidores, deduzido do ajuste para perda. Em 2017, esse ajuste representou 97,06%, calculado com base na metodologia explicitada no item 2.1.2, que refletiu em uma redução ao valor estimado a receber em 2016.

Descrição	2017	2016
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	1.122.547,50	948.664,55
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(1.089.544,60)	(885.768,09)
Total	33.002,90	62.896,46

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Estoques – Em 2016, havia um saldo remanescente de R\$ 5.129.753,20 referente a bens classificados como inservíveis, conciliado com o Relatório de Inventário de Bens Móveis daquele exercício, elaborado pela Diretoria de Infraestrutura. Em 2017, todos esses bens foram doados para diversas entidades sem fins lucrativos e órgãos intragovernamental.

Nota 6 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade TJPE, em razão de o FERM-PJ não possuir ativos dessa natureza. Conforme exposto no item 2.1.4, há apenas o reconhecimento da depreciação dos bens imóveis já avaliados, bem como um imóvel cedido pelo TCE.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Descrição	2017	2016	Crescimento R\$
	(a)	(b)	(c) = (a – b)
Bens Móveis	223.659.298,08	221.782.587,86	0,85%
Bens Imóveis	668.171.707,28	555.304.331,65	20,33%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(14.813.398,83)	(9.705.318,57)	52,63%
Total	877.017.606,53	767.381.600,94	14,29%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pela divisão da nota em 6.1 e 6.2, bens móveis e imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo.

Nota 6.1. Imobilizado - Bens Móveis – Totalizaram R\$ 223.659.298,08, distribuídos nas contas contábeis, detalhadas no quadro a seguir

Descrição	2017	2016	Variação 2017 / 2016	Análise Vertical 2017	Análise Vertical 2016
Bens de Informática	94.154.544,03	97.751.455,68	-3,68%	42,10%	44,08%
Móveis e Utensílios	61.761.979,04	61.025.664,46	1,21%	27,61%	27,52%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	49.180.234,77	45.810.941,51	7,35%	21,99%	20,66%
Veículos	16.794.440,06	15.454.413,07	8,67%	7,51%	6,97%
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.674.904,32	1.643.049,44	1,94%	0,75%	0,74%
Obras de Arte e Peças para Exposição	78.345,92	79.268,80	-1,16%	0,04%	0,04%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	14.849,94	17.794,90	-16,55%	0,01%	0,01%
Total	223.659.298,08	221.782.587,86	0,85%	100,00%	100,00%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Em 2017, a contabilidade encontra-se a maior em R\$ 49.692,16, quando comparada com o inventário realizado pela Diretoria de Infraestrutura, face a limitações na consecução da rotina de ingresso da ferramenta de gestão patrimonial. A composição desse montante está devidamente identificada, sendo R\$ 35.224,00, especificamente, no subgrupo de Bens de Informática, e R\$ 14.468,16, em Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Nota 6.2. Imobilizado - Bens Imóveis – Os bens encontram-se estruturados nos grupos abaixo, identificados individualmente.

Descrição	2017	2016	Variação 2017 / 2016	Análise Vertical 2017	Análise Vertical 2016
Edificações em Geral	485.800.784,80	406.026.606,76	19,65%	72,71%	73,12%
Terrenos com Edificações	88.027.386,85	79.637.743,02	10,53%	13,17%	14,34%
Obras em Andamento	41.511.077,69	46.478.222,06	-10,69%	6,21%	8,37%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	-	-	4,16%	-
Terrenos sem Edificações	18.958.877,53	18.500.124,88	2,48%	2,84%	3,33%
Instalações	4.032.456,56	2.958.666,61	36,29%	0,60%	0,53%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	0,00%	0,19%	0,23%
Estudos e Projetos	742.207,99	413.266,76	79,60%	0,11%	0,07%
Subtotal	668.171.707,28	555.304.331,65	20,33%	100,00%	100,00%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis ¹	(14.813.398,83)	(9.705.318,57)	52,63%	-	-
Total	653.358.308,45	545.599.013,08	19,75%	-	-

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se à depreciação sobre Edificações em Geral, Instalações e Bens Imóveis Cedidos por Terceiros.

Contudo, em que pese os avanços e os esforços despendidos, em especial diante do novo conceito do ativo imobilizado, as informações registradas na contabilidade do Poder ainda não refletem todo acervo imobiliário mapeado pela Diretoria de Contabilidade. Dos 299 imóveis, 259 já foram reconhecidos no ativo. Deste quantitativo, 89,57% está registrado a valor de mercado.

Destaca-se do quadro acima, o valor de R\$ 27.809.214,30, registrado a título de patrimônio histórico e cultural, relativo ao Palácio de Justiça, situado na Praça da República, s/n - Santo Antônio, Recife - PE, 50010-040, tombado pelo Governo do Estado de Pernambuco por meio do Decreto 17.288 de 31 de janeiro de 1994.

Os bens imóveis estão sendo avaliados pela DEA, com data de conclusão para meados de 2018. Esse trabalho foi iniciado no final de 2013, com registros contábeis a partir de 2015. Como resultado, 77,59% dos imóveis já foram avaliados, restando 67 bens a serem mensurados.

Nota 7 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada,



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida, detalhado no quadro abaixo.

Detalhamento	2017	2016
Softwares em Uso	26.975.170,77	24.036.588,78
(-) Amortização Acumulada	(18.571.184,85)	(14.641.467,93)
TOTAL	8.403.985,92	9.395.120,85

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, e encargos a pagar, entre outros, com vencimento no curto prazo, evidenciadas no quadro a seguir.

Descrição	2017	2016
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil	79.689.166,96	54.038.272,08
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil	25.845.466,35	18.077.156,88
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil	4.279.635,00	2.856.661,68
Férias - Contribuição Patronal RPPS	18.785.266,25	13.013.745,60
Férias – Contribuição Patronal INSS	354.283,39	288.600,31
Contribuição Patronal ao INSS	516.868,53	516.083,86
Contribuição Patronal ao SASSEPE	639.559,54	474.464,51
Pessoal de Exercícios Anteriores ¹	805.498,50	33.792,85
Benefícios Assistenciais a Pagar	4.000,00	-
Total	130.919.744,52	89.298.777,77

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Obrigação referente a saldo remanescente da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE e auxílio alimentação atrasado devidos a magistrados.

Destaca-se que dentre as obrigações acima, R\$ 128.953.817,95 são valores decorrentes da apropriação de férias e respectivos encargos devidos a servidores e



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

magistrados, conforme informação dos relatórios mensais gerados pelo sistema Universal RH, cuja classificação contábil é de passivo permanente, ou seja, que dependem ainda de execução orçamentária para o seu pagamento.

O acréscimo expressivo nesse grupo em 2017 decorre de mudança na estimativa contábil, explicada no item 2.2, conjugada com a Nota 9.

Nota 9 – Provisões a Curto Prazo – Em 2017, ocorreu mudança na estimativa contábil, explicada no item 2.2, definida junto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, que refletiu na extinção de valores evidenciados como provisões, passando todo passivo de férias a ser registrado como obrigações de curto prazo.

Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreende outras obrigações da entidade junto a terceiros, evidenciadas no quadro.

Descrição	2017	2016
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	13.841.876,79	12.207.230,47
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	11.904.816,82	10.823.531,82
Demais Obrigações	1.740.933,07	1.998.824,34
Total	27.487.626,68	25.029.586,63

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 11 – Resultados Acumulados – Compõe o Patrimônio Líquido - PL da entidade e encontra-se detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2017	2016
Resultado do Exercício ¹	135.243.814,58	(1.415.608,71)
Ajustes de Exercícios Anteriores	61.513.034,58	41.970.290,07
Subtotal	196.756.849,16	40.554.681,36
Resultado de Exercícios Anteriores	590.199.981,97	549.645.300,61
Total do Patrimônio Líquido	786.956.831,13	590.199.981,97

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.

Descrição	2017	2016
Avaliação de Imóveis	61.099.986,34	43.608.096,42
Depreciação de Bens Imóveis	(528.971,54)	(4.024.494,14)
Doações Recebidas	-	3.505.400,00
Inventário 2016	5.016,69	-
Despesas de Exercício Anterior	-	(379.900,88)
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	937.003,09	(738.811,33)
Total	61.513.034,58	41.970.290,07

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964

Nota 12 – Evidencia a composição patrimonial, segregada em ativo, passivo e patrimônio líquido, conforme estrutura determinada na Lei Federal nº 4.320/1964. O ativo e passivo são classificados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros. Tal resultado é evidenciado em quadro próprio, tendo atingido em 2017 o montante de R\$ 15.837.130,73, demonstrado na Nota 14.

3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964

Nota 13- Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações a esse título, especialmente aquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais.

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros a partir de 2012 em outras contas de compensação associadas ao controle financeiro das contas bancárias vinculadas a



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

pagamentos de precatórios subordinados ao regime especial que não afetam o patrimônio do Tribunal, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 99/2017. As contas são de titularidade dos entes, administradas pelo Tribunal de Justiça.

Ente Devedor	Saldo Bancário em	
	31/12/2017	31/12/2016
Estado de Pernambuco	110.585.136,02	5.004.152,87
Municípios	55.242.203,63	22.297.117,09
Total	165.827.339,65	27.301.269,96

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

Nota 14 - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado nesse quadro por destinação de recursos. Esse montante, quando positivo, representa fonte de recursos para abertura de crédito adicional no exercício seguinte, pois em sua essência, é sobra de recurso que pode ser utilizada futuramente, observadas as vinculações legais.

Descrição	2017	2016
Recursos Ordinários - Administração Direta	15.553.224,02	12.159.422,13
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	283.906,71	259.533,29
TOTAL	15.837.130,73	12.418.955,42

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

3.5. Quadro Analítico do Balanço Patrimonial – Resolução TCE nº 024/2017

O quadro abaixo foi elaborado, em atendimento ao item 12 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 24/2017, com a finalidade de evidenciar as contas relacionadas nos grupos do balanço patrimonial, indicados os respectivos atributos financeiro ou permanente, conforme lógica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, mencionados no item 3.2.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - UGE 070001
QUADRO ANALÍTICO DO BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2017

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa (F)		45.554.500,17	39.631.772,66
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		7.956.655,93	7.763.980,28
(P) Abono Constitucional de Férias		7.667.049,84	7.066.116,27
(P) Outras Responsabilidades		-	2.274.845,08
(P) Créditos a Receber Decorrente de Acordos com Servidores e Ex-Servidores		2.257.365,85	-
(F) Outros Créditos a Receber		-	88.714,27
(P) Créditos por Outros Contratos		3.763.550,76	3.774.308,26
(P) Ajuste de Perdas de Créditos por Danos ao Patrimônio		-	(2.045.768,18)
(P) Outros Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	(3.394.235,42)
(P) Ajuste de Perdas de Créd. a Receber Decor. de Acordos com Serv. e Ex-Servidores		(2.148.786,55)	-
(P) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber por Outros Contratos		(3.582.523,97)	-
Estoques (P)		7.467.765,57	7.445.343,69
<i>Total do Ativo Circulante</i>		<u>60.978.921,67</u>	<u>54.841.096,63</u>
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Realizável a Longo Prazo (P)		33.002,90	5.192.649,66
Créditos a Longo Prazo (P)		33.002,90	62.896,46
Estoques (P)		-	5.129.753,20
Imobilizado (P)		877.017.606,53	767.381.600,94
Intangível (P)		8.403.985,92	9.395.120,85
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>		<u>885.454.595,35</u>	<u>781.969.371,45</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>946.433.517,02</u>	<u>836.810.468,08</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
<u>Passivo Circulante</u>			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		130.919.744,52	89.298.777,77
(P) Férias Vencidas sobre Folha Pessoal Civil		79.689.166,96	54.038.272,08
(P) Férias Vencidas - Abono Constitucional Folha Pessoal Civil		25.845.466,35	18.077.156,88
(P) Auxílio Alimentação s/ Férias Vencidas		4.279.635,00	2.856.661,68
(P) Despesas de Pessoal de Exercícios Anteriores		805.498,50	33.792,85
(F) Benefícios Assistenciais a Pagar	1	4.000,00	-
(P) Encargo Patronal ao RPPS s/ Férias Vencidas - Ativo Civil		18.785.266,25	13.013.745,60
(F) Contribuição ao Sassepe a Pagar	1	639.559,54	474.464,51
(F) INSS - Contribuição sobre Salários e Remunerações	1	516.868,53	516.083,86
(P) Contribuição Patronal ao INSS s/ Férias Vencidas - Ativo Civil		354.283,39	288.600,31
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.069.314,69	1.281.396,51
(F) Fornecedores Nacionais do Exercício a Pagar	1	1.069.314,69	1.281.396,51
Provisões a Curto Prazo (P)		-	131.000.725,20
Demais Obrigações a Curto Prazo (F)		27.487.626,68	25.029.586,63



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

(F) Consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	957,64	-
(F) Vencimentos, Salários e Pensões não Reclamados/Bloqueados	25.125,76	14.081,49
(F) Pensões não Reclamadas/Bloqueadas	9.467,34	10.264,21
(F) Depósitos de Cauções de Terceiros	347.519,82	350.516,47
(F) Depósitos de Terceiros	-	104.636,80
(F) Rec. do Fundo de Gratuidade (Lei 11404-Art.28)	1.028.580,03	940.275,44
(F) Contribuições Outros Poderes a Repassar	13.841.876,79	12.207.230,47
(F) INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento	161.099,91	157.422,40
(F) Imposto de Renda Retido sobre a Folha de Pagamento	11.904.816,82	10.823.531,82
(F) Indenizações e Restituições a Pagar	1 14.291,20	267.796,16
(F) Subvenções Sociais a Pagar	1 153.891,37	153.831,37
<i>Total do Passivo Circulante</i>	159.476.685,89	246.610.486,11
<u>Passivo Não Circulante</u>		
<i>Total do Passivo Não Circulante</i>	-	-
<u>Patrimônio Líquido</u>		
Resultados Acumulados (P)	786.956.831,13	590.199.981,97
<i>Total do Patrimônio Líquido</i>	786.956.831,13	590.199.981,97
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	946.433.517,02	836.810.468,08

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 1 - São obrigações que já passaram pela execução orçamentária (empenho e liquidação), correspondente aos restos a pagar processados, que totalizaram R\$ 2.397.925,33 em 2017 e R\$ 2.693.572,41 em 2016.

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Facultado pelo MCASP e IPC 05, a DVP não apresenta o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, que são aquelas decorrentes da execução orçamentária, que consistem em incorporação e desincorporação de ativos e/ou passivos, os quais não representam alteração quantitativa patrimonial.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Nota 1 – Transferências Intragovernamentais Recebidas - Compreendem os duodécimos recebidos do Poder Executivo, bem como as transferências de almoxarifado, bens móveis, bens imóveis e softwares recebidas do FERM-PJ, em virtude de o controle patrimonial do Poder Judiciário ocorrer de forma centralizada na UG 070001 – TJPE, apresentados no quadro a seguir. Destaca-se que as referidas transferências recebidas pelo TJPE aparecem como concedidas no FERM-PJ, anulando-se numa demonstração consolidada do Poder.

Descrição	2017	2016
Duodécimos Recebidos	1.206.402.099,96	1.188.975.001,72
Bens Móveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	22.594.158,94	18.378.370,10
Almoxarifado - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	4.389.140,98	4.182.287,00
Bens Imóveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	58.178.831,70	22.853.594,58
Softwares – Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	3.618.417,68	4.561.140,43
Bem imóveis - Cessões Recebidas Intra OFSS	-	1.289.701,56
Total	1.295.182.649,26	1.240.240.095,39

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 –Transferências Intergovernamentais Recebidas –O Poder não recebeu transferências em 2017, diferentemente do exercício anterior, que foi registrado o montante de R\$ 7.550.782,73 referente a doações de switch e equipamentos de informática, além da cessão de um terreno no município de Petrolina para construção do fórum.

Nota 3 – Desincorporação de Passivos – A mudança na estimativa contábil do passivo com férias, explicado no item 2.2 e na nota 8 do Balanço Patrimonial, resultou na desincorporação do montante de R\$ 83.272.567,96, com o intuito de garantir uma melhor evidenciação das obrigações a esse título.

Nota 4 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Em 2017, destacam-se as variações patrimoniais aumentativas relativas a ressarcimento de pessoal, no valor de R\$ 1.811.873,55, decorrentes de registros de créditos a receber no ativo. Além disso, conforme quadro abaixo, o valor expressivo de mais de 3 milhões, reconhecidos em 2016, a título de multas, encontra-se como direito a receber no ativo.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Descrição	2017	2016
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	1.811.873,55	1.331.021,82
Outras Restituições	597.773,12	585.222,34
Multas Administrativas	50.346,14	3.601.317,82
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas Diversas	10.673,15	9.768,40
Total	2.470.665,96	5.527.330,38

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Benefícios a Pessoal – A diminuição da variação em 2017, comparada ao valor de 2016, não reflete a execução total da despesa com benefícios, que é distribuída entre as duas unidades gestoras do Poder. Em relação ao total gasto pelo Poder em 2016, esse grupo apresentou um acréscimo de 27,76%.

O quadro abaixo evidencia as variações na unidade TJPE. A visão conjunta consta na demonstração consolidada do Poder.

Descrição	2017	2016
Auxílio Moradia ¹	26.452.287,63	23.133.384,43
Indenização de Transporte ²	15.107.479,00	16.022.350,90
Parcela Indenizatória Referente Exercício de Cargos - Lei Complementar 100/2007 ³	11.192.816,56	-
Auxílio Transporte ⁴	11.069.614,25	11.482.677,06
DEA - Ajuda de Custo ⁵	852.773,39	14.846,50
Auxílio Funeral	497.303,47	360.427,54
Auxílio Alimentação ⁶	5.435,13	68.223.570,10
Demais benefícios	188.899,51	101.496,02
Total	65.366.608,94	119.338.752,55

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Auxílio Moradia pago a magistrados.

² Indenização de transportes pago a oficiais de justiça para exercício de sua atividade.

³ Refere-se à verba indenizatória paga a magistrado.

⁴ Benefício concedido a servidor.

⁵ Compreende, em sua maioria, a parcela indenizatória referente exercício de cargos, relativa a exercícios anteriores, previsto na nota 3 deste quadro.

⁶ Auxílio Alimentação pago a servidores e magistrados.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Nota 6 – Depreciação, Amortização e Exaustão – A partir de 2016, houve o reconhecimento inicial da depreciação dos bens imóveis, realizada pelo método de quotas constantes, com base na vida útil estimada informada nos pareceres técnicos elaborados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura. O valor abaixo compreende a depreciação reconhecida de 232 imóveis avaliados, enquadrados no conceito de ativo.

Para a amortização, a SETIC tem determinado, com base em critérios técnicos, se a vida útil dos softwares adquiridos por este Poder é indefinida ou definida, estimando, neste último caso, o prazo de vida útil. Com base nessa informação é realizado o cálculo pelo método das quotas constantes. Anualmente, é realizada revisão dos critérios estabelecidos, efetuados os ajustes, quando necessários.

Descrição	2017	2016
Depreciação de Bens Imóveis	6.268.796,79	5.680.824,43
Amortização de Intangível	4.939.420,76	4.692.727,72
Total	11.208.217,55	10.373.552,15

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7 – Transferências Intragovernamentais Concedidas – Correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Poder (TJ e FERM) e do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis, imóveis, almoxarifado e/ou softwares.

Descrição	2017	2016
Bens Móveis - Transferência entre Unidades Gestoras do mesmo órgão	1.143.035,41	416.065,76
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	992.132,88	45.319,26
Bens Imóveis - Cessões devolvidas	865.135,62	-
Bens Imóveis - Cessões Concedidas	405.636,32	-
Créditos - Transferências entre Unidades Gestoras	-	7.046,69
Total	3.405.940,23	468.431,71

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Em 2017, do montante de R\$ 1.143.035,41, destaca-se a transferência de veículos para a UG 070002 - FERM, no valor de R\$ 1.132.571,41, em razão da alienação desses bens. Da mesma forma que a aquisição de bens realizada pelo FERM gera transferências positivas ao patrimônio da UG 070001 – TJPE, a alienação de bens



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

exige a transação contrária, em virtude da vinculação da receita orçamentária decorrente da venda. Por sua vez, R\$ 10.464,00 refere-se a retorno de saldo entre as unidades do Poder.

O montante de R\$ 992.132,88, refere-se a doações de bens móveis a valores históricos considerados inservíveis. Ocorreram também devoluções de diversas residências oficiais, pertencentes ao Estado, que totalizaram R\$ 865.135,62. Já o valor de R\$ 405.636,32 refere-se a imóvel em Arcoverde cedido ao estado, cujas características do termo de cessão nº 164/2017, pelo conceito de ativo, justificam a baixa contábil do bem no TJ e o reconhecimento como ativo por parte do Estado.

Nota 8 –Transferências Intergovernamentais Concedidas - Do montante de R\$ 5.431.676,40, 88% refere-se a cessão de três imóveis aos municípios de Jaboatão, Quipapá e Arcoverde, 8% compreende a doação de bens móveis aos municípios de Sanharó, Arcoverde, Jaboatão e Petrolândia e 4% a devolução de imóvel ao município de Tracunhaém, em que funcionava o fórum da cidade.

Nota 9 – Transferências a Instituições Privadas – Do total de R\$ 24.831.222,24, R\$ 1.698.972,29, corresponde à despesa executada a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012. Além disso, R\$ 23.132.249,95 referem-se a doação, a valores de aquisição, realizada a diversas entidades sem fins lucrativos e órgãos intragovernamental, de diversos bens móveis (bens de informática, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, materiais culturais, obras de arte e peças para exposição, materiais bibliográficos, veículos) considerados inservíveis / antieconômicos.

Nota 10 – Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – Refere-se ao registro de ajuste para perdas realizado na conta de créditos a receber, bem como na de dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.2.

O quadro a seguir apresenta os valores registrados a título de ajuste para perdas dos créditos a receber e dívida ativa, cujos percentuais estão detalhados nas Nota 2 e 4 do balanço patrimonial, além dos valores desincorporados lançados neste grupo, em observância à estrutura do PCASP, decorrentes, por exemplo, de revisão de cálculo e de multa aplicada, assim como de credito recebido e não baixado quando da arrecadação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

A diminuição do valor lançado como ajuste em 2017 justifica-se pelo fato do valor lançado ser proporcional ao valor do crédito reconhecido. Dessa forma, os valores registrados em 2016 foram expressivos em razão do valor de crédito a receber reconhecido naquele exercício.

Descrição	2017	2016
Ajuste para Perdas em Créditos Não Tributários	291.306,92	3.334.152,42
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	203.776,51	162.401,04
Desincorporação de Outros Créditos Não Tributários	2.444,69	127.834,07
Desincorporação de Dívida Ativa Não Tributária	-	114,85
Total	497.528,12	3.624.502,38

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 11 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas – O valor de R\$ 476.035,50 refere-se a outras indenizações e restituições.

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, nos termos do art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Quadro principal do Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

5.1. Quadro principal do Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício."

Como consequência desse dispositivo, o Balanço do TJPE apresenta um déficit, justificado na Nota 1.

Além disso, as colunas "Saldo" e "Saldo da Dotação", que historicamente foram apresentadas por valores iguais, no novo modelo não coincidem, em virtude das orientações contidas no MCASP que não considera o valor do déficit de previsão da receita no demonstrativo. O déficit deve ser informado apenas para a execução.

Nota 1 – Déficit Orçamentário – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a – b)
7.922.724,55	1.210.906.649,20	(1.202.983.924,65)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Ressalta-se que as receitas realizadas foram em sua maioria advindas dos rendimentos de aplicação financeira das fontes 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro) e 121000000-Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos.



Unidade Gestora Executora – 070001 – Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 3.418.175,31.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b - c)
7.922.724,55	1.206.402.099,96	1.210.906.649,20	3.418.175,31

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Saldos de Exercícios Anteriores – O montante de R\$ 12.000.000,00 representa 96,63% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016, referente a fonte 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro). Esse valor foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2017.

Nota 3 – Dotação Atualizada – Comparada à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 12.000.000,00, resultante de suplementações decorrentes de créditos adicionais, advindo da fonte de recurso do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, evidenciado na nota acima.

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Recursos do TJ)	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c) = (a + b)
1.206.402.100,00	12.000.000,00	1.218.402.100,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 4 – Despesas Empenhadas e Liquidadas – Atingiram o montante de R\$ 1.210.906.649,20, correspondendo a 99,38% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 7.495.450,80.

Dotação Atualizada da Despesa	Despesas Empenhadas	Saldo da Dotação
(a)	(b)	(c) = (a-b)
1.218.402.100,00	1.210.906.649,20	7.495.450,80

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2017, assim como em 2016, não há valores a serem apresentados a esse título.

5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

Todo o valor inscrito em Restos a Pagar Processado em 2016 foi pago no decorrer do exercício de 2017.

5.4. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos

Em atenção ao item 16 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 24/2017, que trata da elaboração das Notas Explicativas, foi elaborado o quadro abaixo referente a movimentação das fontes de recursos, contendo o saldo inicial da disponibilidade por destinação de recursos e respectivas entradas, saídas e saldo final.

Discriminação	Fontes		Total
	101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro)	121000000 Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	
Saldo inicial 2017 (I)	12.159.422,13	259.533,29	12.418.955,42
Entradas (II)	1.214.300.451,09	24.373,42	1.214.324.824,51
Duodécimos Recebidos	1.206.402.099,96	-	1.206.402.099,96
Receitas Orçamentárias	7.898.351,13	24.373,42	7.922.724,55
Saídas (III)	1.210.906.649,20	-	1.210.906.649,20
Despesas Liquidadas	1.210.906.649,20	-	1.210.906.649,20
Saldo Final 2017 (IV) = (I + II - III)	15.553.224,02	283.906,71	15.837.130,73

Fonte: e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Nota 1 – Receita Orçamentária – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida das deduções. Destaca-se que não houve registro de deduções nesse exercício.

Os recursos provenientes da alienação de outros ativos, no valor de R\$ 24.373,42, referem-se a rendimentos de aplicação financeira, decorrente de recursos disponíveis em Caixa ou Equivalentes de Caixa, originados de alienação de ativos.

Nota 2 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 5.922.727,51, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2016, reflexo do resultado orçamentário, bem como do fluxo da movimentação dos recursos extraorçamentários, inclusive transferências recebidas e concedidas.

Saldo Final 31/12/2017	Saldo Final 31/12/2016	Resultado Financeiro 2017
(a)	(b)	(c) = (a - b)
45.554.500,17	39.631.772,66	5.922.727,51

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, inerente à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 6.5, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Nota 1 – Transferências Recebidas – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.206.402.099,96, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro), advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Nota 2 – Transferências Concedidas – Correspondem à despesa paga a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 1.698.912,29, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012.

Nota 3 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2017,



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2017

em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 2.800.199,28.

Recife, 31/12/2017

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Adalberto de Oliveira Melo
Presidente